



RAM. Revista de Administração Mackenzie

ISSN: 1518-6776

ISSN: 1678-6971

Editora Mackenzie; Universidade Presbiteriana Mackenzie

FRANCO, SUÉLEN M.; LEÃO, ANDRÉ L. M. S.

FROM REVELRY TO PERFORMANCE: BIOPOWER IN
THE ORGANIZATION OF THE CARNIVAL OF OLINDA

RAM. Revista de Administração Mackenzie, vol. 20, no. 3, eRAMG190127, 2019, May-June

Editora Mackenzie; Universidade Presbiteriana Mackenzie

DOI: 10.1590/1678-6971/eRAMG190127

Available in: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195460883003>

- How to cite
- Complete issue
- More information about this article
- Journal's webpage in redalyc.org

redalyc.org

Scientific Information System Redalyc

Network of Scientific Journals from Latin America and the Caribbean, Spain and
Portugal

Project academic non-profit, developed under the open access initiative

DA FOLIA À PERFORMANCE: BIPODER NA ORGANIZAÇÃO DO CARNAVAL DE OLINDA

SUÉLEN M. FRANCO¹

 <https://orcid.org/0000-0001-7835-9257>

ANDRÉ L. M. S. LEÃO²

 <https://orcid.org/0000-0002-7660-5845>

Para citar este artigo: Franco, S. M., & Leão, A. L. M. S. (2019). Da folia à performance: Biopoder na organização do Carnaval de Olinda. *Revista de Administração Mackenzie*, 20(3). doi:10.1590/1678-6971/eRAMG190127

Submissão: 1 ago., 2018. **Aceite:** 1 out., 2018.

¹ Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Recife, PE, Brasil.

² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

This paper may be copied, distributed, displayed, transmitted or adapted if provided, in a clear and explicit way, the name of the journal, the edition, the year and the pages on which the paper was originally published, but not suggesting that RAM endorses paper reuse. This licensing term should be made explicit in cases of reuse or distribution to third parties. It is not allowed the use for commercial purposes.

Este artigo pode ser copiado, distribuído, exibido, transmitido ou adaptado desde que citados, de forma clara e explícita, o nome da revista, a edição, o ano e as páginas nas quais o artigo foi publicado originalmente, mas sem sugerir que a RAM endosse a reutilização do artigo. Esse termo de licenciamento deve ser explicitado para os casos de reutilização ou distribuição para terceiros. Não é permitido o uso para fins comerciais.

RESUMO

Objetivo: O presente estudo busca compreender como o biopoder se manifesta na organização do Carnaval de Olinda. Para tanto, o Carnaval é estudado como uma complexa organização, compreendendo esse conceito para além das organizações formais, e o poder é estudado sob a perspectiva foucaultiana, que constitui a lente teórica desta investigação, permitindo-nos compreendê-lo até em suas manifestações mais difusas, no nível das micropráticas, articulando as dimensões de segurança e riqueza na organização do festejo.

Originalidade/valor: A noção de biopoder na gestão de grandes eventos mostra-se uma construção teórica relevante, num momento em que os folguedos populares têm sido cada vez mais permeados pelas lógicas empresarial e turística. O uso intensivo do espaço público requer tecnologias que permitem liberdade e entretenimento ao mesmo tempo que propiciam segurança e minimização de riscos ao patrimônio e à população. O Carnaval investigado possui grande visibilidade midiática e turística, porém é pouco contemplado nos estudos organizacionais.

Design/metodologia/abordagem: Foi realizada uma análise de discurso foucaultiana da cobertura jornalística de quatro carnavais que distam dez anos entre si (1986, 1996, 2006, 2016) em dois jornais impressos locais, os únicos em circulação durante todo o período estudado.

Resultados: Os resultados apontam para uma crescente ordem mercantil, em que as demandas turísticas e de entretenimento geram resultados econômicos à prefeitura, ao mesmo tempo que exigem um esforço de normatização, vigilância e prevenção de perdas, resultando numa produção biopolítica.

PALAVRAS-CHAVE

Carnaval de Olinda. Disciplina. Biopolítica. Biopoder. Mercado.

1. INTRODUÇÃO

O Carnaval de Olinda, cidade vizinha à capital de Pernambuco, já ultrapassou a marca de um milhão de foliões por dia e é considerado um dos traços mais notáveis da cultura olindense (Harchambois & Pontual, 2007). A cidade é considerada Patrimônio Cultural da Humanidade e foi aclamada primeira Capital Brasileira da Cultura (Olinda, 2016). Apesar de o Carnaval ser organizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Olinda (PMO), esta reconhece a participação popular como uma de suas diretrizes para a tomada de decisão acerca do festejo, conforme estabelecem a Lei do Carnaval e o Plano Municipal de Cultura, instrumentos relativamente recentes que regem a organização do festejo.

A história do Carnaval no Brasil guarda uma longa trajetória de cooptação do festejo pelas elites dominantes, seja pelo intuito de utilizá-lo como um meio de criação e fortalecimento de uma identidade nacional, alinhando o festejo à lógica vigente do governo militar e do sistema capitalista (Vidal & Andrade, 2009), seja pela conversão do folguedo num modelo empresarial, com a elevação da dimensão econômico-mercantil, por vezes em detrimento da simbólico-cultural (Miguez, 2012).

Em Olinda, assim como diversos carnavais do Brasil, o festejo é herdeiro do entrudo – prática que chegou a ser considerada agressiva e danosa à ordem social –, mas do “entrudo civilizado”, que correspondia aos jogos de mela-mela (Araújo, 1997). A necessidade de normatizar e disciplinar não tarda a surgir, mobilizando uma rede de agentes públicos e privados no entorno da organização do festejo, seja para conter a agressividade das torcidas de agremiações rivais, seja para organizar o uso do espaço público e prover o festejo de recursos (Ataíde, 1982). Assim, a PMO torna-se o centro de um processo de profissionalização, iniciado na década de 1950 e crescente nas décadas seguintes, resultando numa rede organizacional cada vez mais complexa, em consonância com a magnitude do festejo: na década de 1960, a criação da assessoria de imprensa aproxima-o dos meios de comunicação; no fim da década de 1970, um decreto abole as comissões julgadoras e os palanques; e na década de 1980, outro decreto amplia seu calendário oficial (Ataíde, 1982). Na década de 1990, a parceria entre a PMO e entidades privadas, como os patrocinadores, revela a importante dimensão mercadológica assumida pelo festejo (Harchambois & Pontual, 2007). O processo de, por um lado, prover e, por outro, normatizar e disciplinar torna-se cada vez mais intenso à medida que o festejo tem suas dimensões ampliadas.

A disciplina e a governabilidade são, sob a perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos, maneiras de internalizar o controle social, sendo a cultura um importante veículo nesse processo (Yúdice, 2013). No caso do Carnaval, isso se torna evidente à medida que a desaprovação de diversas manifestações por elites e autoridades começa a dar espaço à normatização ou mesmo ao incentivo, quando estas passam a reconhecer seu valor na criação de uma identidade, bem como do seu potencial de disciplinar o indivíduo.

A prática de governar, que em termos foucaultianos antecede a administração dos Estados (Cipagauta, 2006), coloca a problemática da segurança e da população à medida que se insere no contexto desses Estados (Foucault, 2015). Dessa forma, o corpo emerge como uma unidade em que se articulam saberes e poderes que visam maximizar o potencial produtivo e a docilização desses corpos a serviço do Estado, assumindo que é no corpo que saber e poder se articulam (Dreyfus & Rabinow, 2011).

A técnica de governar implica a constituição de saberes sobre o correto modo de dispor as coisas de forma que cumpram seus respectivos propósitos – entre essas coisas, coloca-se a problemática da população, como um alvo desses saberes cuja inserção na economia é indissociável da geração de riquezas: uma economia política (Foucault, 2015). Assim, o biopoder, fundamental ao desenvolvimento do capitalismo, permitiu o ajustamento dos fatores econômicos e populacionais, assentado em duas dimensões: a anatomopolítica dos corpos, que atua sobre o corpo-máquina, valendo-se de mecanismos disciplinares para inserir o corpo na máquina produtiva e dele extrair ao máximo seu potencial; e a biopolítica das populações, centrada no corpo-espécie, encarregada de gerir processos biológicos como natalidade, saúde e doença, valendo-se de intervenções e mecanismos reguladores (Foucault, 2014b).

Como base nessa noção, questionamos:

- Como o biopoder se manifesta na organização do Carnaval de Olinda?

O presente estudo parte do conceito de biopoder e consequentemente das tecnologias disciplinares e da produção biopolítica para contemplar as dimensões de segurança e riqueza do Carnaval de Olinda, compreendido como fenômeno organizacional. Os estudos organizacionais contam com diversas contribuições do pensamento foucaultiano, entre as quais destacamos a compreensão mais ampla de poder, como conduta emocional, familiar, espiritual, indo da vigilância às micropráticas, inclusive aquelas de natureza discursiva, o que propiciou análises mais sofisticadas ao campo

(Dixon, 2007); assim como o entendimento de organização para além das entidades de formais, uma vez que a obra do filósofo aborda como a vida humana organiza e é organizada (Knights, 2004).

Nesse sentido, apresentamos um breve histórico do Carnaval de Olinda, seguido de uma revisão de literatura e da descrição dos procedimentos metodológicos deste estudo. Fazemos ainda uma descrição dos achados concomitantemente à discussão destes à luz da teoria. Por fim, indicamos as considerações finais e possíveis desdobramentos.

2. DA FOLIA À PERFORMANCE: O CARNAVAL DE OLINDA

O Carnaval de Olinda é herdeiro do entrudo, assim como diversos carnavais do Brasil. Os jogos de entrudo caracterizavam-se pelo arremesso de substâncias diversas (água, farinha, ovos) em transeuntes, numa manifestação em espaço público que ignorava distinções de classe ou raça (Freyre & Souto Maior, 1974). Seu caráter agressivo não tardou a ensejar intervenções do Estado, que desde o século XVII buscou normatizá-lo (Araújo, 1996).

As primeiras expressões culturais do Carnaval olindense remetem ao surgimento das agremiações locais no início do século XX (Harchambois & Pontual, 2007), sendo a Cidade Alta, seu Sítio Histórico, o foco do festejo (Leal, 2008). Apesar da proximidade física com a capital Recife, o Carnaval de Olinda é conhecido por ser um Carnaval “de rua” ou espontâneo, um traço que se atribui à eliminação do modelo de passarelas, palanques (vigente na capital) e comissões julgadoras, no limiar da década de 1970 (Harchambois & Pontual, 2007). A participação e o amplo uso do espaço público pelos brincantes, contudo, não eliminaram a necessidade de normatizar e disciplinar o festejo. Essa necessidade e até mesmo a de provê-lo de recursos e infraestrutura terminaram por mobilizar uma rede de agentes públicos e privados no entorno da sua organização. O intuito de coibir certas condutas se materializava desde os primórdios na figura dos inspetores de polícia, que tanto combatiam a violência física entre torcedores de agremiações rivais, as chamadas “marchas alusivas” (que provocavam as agremiações rivais) e até mesmo as manifestações satíricas aos representantes do poder (Ataíde, 1982).

Apesar de suas origens no entrudo, uma prática espontânea e desordenada, os carnavais do Brasil de maneira geral passaram por um processo de institucionalização, por objetivos os mais diversos, tais como a criação de uma identidade nacional no início do período republicano (Vidal & Andrade, 2009); a necessidade de conter a agressividade das agremiações pedestres



que se insurgiam contra o modelo excludente dos carnavais de salões e ricos carros alegóricos (Araújo, 1997); a importância de torná-lo uma manifestação cultural de utilidade pública estado-novista (Vidal & Andrade, 2009); ou mesmo o interesse em convertê-lo num megaevento de caráter empresarial e gerador de resultados econômicos (Miguez, 2012). O Carnaval é um exemplo emblemático desse mecanismo de apropriação, reinterpretação e apresentação de práticas populares pelo Estado como manifestação genuína da identidade nacional (Ortiz, 1994). Yúdice (2013) atribui esse processo à absorção do festejo por uma racionalidade econômica, inserindo-o no quadro epistêmico da sociedade disciplinar de Michel Foucault.

No caso de Olinda, a municipalização do festejo, quando a PMO assume tanto a incumbência de prover quanto de normatizar o evento, marca a década de 1950 (Ataíde, 1982), mas o protagonismo da PMO vai cada vez mais se convertendo num papel de aglutinador de uma rede de agentes públicos e privados que viabilizam o festejo até os dias atuais. Dessa forma, no ano de 2001, foi sancionada pela PMO a Lei n. 5.306, chamada Lei do Carnaval, que dispõe sobre diversos aspectos do festejo, tais como incentivos às agremiações, papel de entidades representativas, relacionamento com patrocinadores, normatização da atividade de ambulantes e bloqueio de trânsito no perímetro da folia (Olinda, 2001). Além da lei, o Plano Municipal de Cultura também reconhece a participação popular como característica do festejo.

O calendário festivo oficial compreende o início imediatamente ao término do Dia de Reis, quando o ciclo natalino é oficialmente encerrado (Leal, 2008). No entanto, o período de ensaios abertos torna-se cada vez mais precoce, iniciando-se antes mesmo do ciclo natalino. Essa antecipação, ao mesmo tempo que dinamiza a economia do Carnaval, enseja um esforço cada vez mais amplo do Poder Público, sobretudo da PMO e da Polícia Militar. A magnitude do festejo implica reconhecer, ao mesmo tempo, seu caráter de importante atividade econômica do município – aquecendo o setor turístico e hoteleiro, bem como a atividade de bordadeiras, costureiras, ambulantes etc. – e seu potencial risco ao patrimônio e à ordem social. Harchambois e Pontual (2007) ressaltam as ameaças ao patrimônio materializadas no grande fluxo de pessoas, na geração de resíduos, na poluição sonora e no comprometimento do casario em virtude da concentração de pessoas e das vibrações produzidas. Além disso, o consumo intensificado de bebidas alcoólicas e o grande fluxo de pessoas requerem um esforço coordenado dos mais diversos agentes envolvidos.

Isso posto, discutiremos o papel do Poder Público na dupla incumbência de prover o festejo de recursos, com vistas a torná-lo sobretudo rentável, e

operar mecanismos para a preservação do patrimônio. Para isso, utilizaremos o conceito de biopoder, oriundo do pensamento foucaultiano.

3. O BIOPODER, AS DISCIPLINAS E A PRODUÇÃO BIOPOLÍTICA

A analítica do poder desenvolvida por Michel Foucault tornou-se um importante eixo de investigação nos estudos críticos organizacionais (Souza, Junquilho, Machado, & Bianco, 2006; Motta & Alcadipani, 2004). Sua repercussão propiciou um deslocamento da compreensão de poder, do interior das organizações para o nível das micropáticas, além de revelar o panóptico como uma metáfora para a sociedade disciplinar (Burrell, 1988) e, por extensão, do ambiente laboral. Sua analítica de poder, no entanto, possibilita extrapolar a questão do panoptismo, permitindo pensar formas de racionalidade administrativa como relações de saber-poder localizadas em instituições ou discursos específicos (McKinlay & Starken, 1997).

Um importante conceito na sua analítica do poder, e que orienta o presente estudo, é o de biopoder. A discussão dessa noção no pensamento foucaultiano insere-se na moldura da instauração de um novo tipo de governo, notadamente com a emergência do mercantilismo. Para Foucault (2015), o problema da população coloca-se em torno da relação desta com segurança e governo.

Foucault (2015) problematiza a questão do governo investigando historicamente a relação entre este, a segurança e a população, bem como sua relação com um território (Foucault, 2008). A expansão do capital implicaria uma vigilância e um controle atentos, bem como dispor as coisas governadas para o atingimento de uma finalidade, ou seja, práticas de governo (Foucault, 2015), que aqui é entendido como prática de conduzir, independentemente de um aparato estatal. A população, por sua vez, não é uma totalidade de súditos, mas um conjunto de vidas perpassadas por fenômenos naturais, que demandam um conhecimento científico, condição *sine qua non* para que o governo fosse bem-sucedido (Foucault, 2008).

Dessa forma, emerge um tipo de poder cujas tecnologias e cujos mecanismos operam sobre os corpos, o corpo como unidade biológica, visando racionalizar sua utilidade, maximizar sua força útil com o dispêndio do mínimo necessário de recursos (Foucault, 2005). Trata-se do biopoder, que ajusta os fenômenos populacionais aos econômicos, permitindo, com isso, uma adequação dos corpos à máquina produtiva que impulsionou o

capitalismo (Foucault, 2014b). Esse poder, que consiste em gerir a vida, assenta-se em dois polos: de um lado, o corpo como máquina produtiva, e, de outro, a população, com os fenômenos que nela incidem e alteram sua configuração (Foucault, 2014b). Como consequência, essa dimensão biológica reflete-se nas tecnologias políticas, que, ao problematizarem a vitalidade humana, seus fenômenos naturais, dirigindo-lhes formas de autoridade e intervenções legítimas, constituem a chamada biopolítica (Rabinow & Rose, 2006).

Foucault sustenta que os polos nos quais as tecnologias biopolíticas se desenvolveram – o corpo como objeto manipulável e a espécie humana como categoria científica – existem desde a Antiguidade, mas se unem na modernidade para dar origem a essas tecnologias (Dreyfus & Rabinow, 2011). O desenvolvimento do capitalismo foi um fator determinante, na medida em que as máquinas docilizadas precisariam ser inseridas na produção (Foucault, 2014b). A primeira fase de acumulação capitalista exigiu dos corpos docilidade e maximização de seu potencial produtivo – como recurso produtivo, o Estado não poderia prescindir deles –, o que teria resultado, inclusive, numa reconfiguração na natureza dos crimes (dos crimes de sangue aos de fraude), bem como sofisticação dos mecanismos de vigilância, informação e classificação. Nasce uma anatomopolítica, que tem na desarticulação e rearticulação dos corpos um mecanismo de conversão em máquinas dóceis e produtivas, operando com habilidade, velocidade e eficácia (Foucault, 1987).

Essa demanda por maximização do potencial produtivo dos corpos resulta no chamado poder disciplinar (Foucault, 1987). Essa forma de poder dirige-se às subjetividades, de modo que os mecanismos de poder encarnados na disciplina são internalizados e reproduzidos pelos próprios indivíduos, neutralizando contrapoderes e atenuando o potencial de luta (Ferreira, 2014). As instituições fechadas, por sua vez, tornam-se o modelo dessa sociedade, baseada na classificação, vigilância e manipulação dos corpos, analisáveis e esquadrinháveis.

A disciplina tem como modelo por excelência o panóptico, um projeto arquitetônico cujo princípio é a potencial visibilidade permanente, de modo que a consciência dessa visibilidade permite tornar o poder constante e automático (Foucault, 1987). É importante ressaltar, no entanto, que o modelo de disciplinamento não opera uma ruptura em que substitui por completo a soberania, mas um processo gradual, em que a disciplina emerge do intuito de gerir populações (Foucault, 2015). Gerir a vida humana, sob a perspectiva biológica, passa a constituir uma estratégia política (Dreyfus & Rabinow, 2011).

A biopolítica da espécie humana, em continuidade à anatomopolítica dos corpos, emerge no decorrer do século XVIII, aproximando questões populacionais de problemas econômicos e políticos, e constituindo um corpo de saberes que se estendem sobre a população, sendo esta o campo de intervenção do seu poder. Assim, esses mecanismos regulamentadores, embora de natureza distinta, atuam no mesmo nível dos mecanismos disciplinares, permitindo que se articulem (Foucault, 2014b).

O biopoder reúne corpo e espécie em tecnologias de poder vigentes até a atualidade (Dreyfus & Rabinow, 2011). Dessa forma, podemos observar facilmente como a inserção do corpo e da espécie humana em determinadas redes de saberes e poderes delimita cada vez mais o que é da ordem da saúde e da doença, da regulação e da transgressão, tendo como critério sua docilização, na medida em que neutraliza insurgências, e sua produtividade, pois insere o corpo numa dinâmica produtiva que orienta a vida do indivíduo.

As técnicas disciplinares propiciaram o crescimento do capitalismo, na medida em que permitiram a inserção dos corpos na máquina produtiva e, ao mesmo tempo, a racionalização das populações em larga escala (Dreyfus & Rabinow, 2011). O biopoder, embora não seja disciplinar em sua natureza, encontra na disciplina o suporte para esse impulsionamento do sistema capitalista. Dessa forma, Foucault (2005) defende que a técnica de poder disciplinar e a biopolítica complementam-se: a disciplina atua na vigilância, no treinamento (e eventual punição), na maximização da capacidade produtiva dos indivíduos, ao passo que a biopolítica age sobre a espécie humana, nos fenômenos que lhes são particulares, tais como natalidade, saúde e mortalidade, compreendendo uma trama de saberes visando a esse controle.

Tal controle, por sua vez, insere-se na emergência de uma nova racionalidade política, para a qual o Estado é um fim em si mesmo; dessa forma, a razão de Estado mobilizaria um corpo de saberes administrativos no intuito de compreender tudo o que a ele concerne, buscando identificar, por meio de saberes concretos e mensuráveis, suas forças e fraquezas, visando à sua permanência (Dreyfus & Rabinow, 2011). Essa razão de Estado apoia-se em dois conjuntos de saberes e tecnologias políticos: por um lado, uma tecnologia diplomático-militar, voltada para “fora”, e, por outro, meios para proporcionar o crescimento das forças do Estado em seu interior – este último Foucault (1997) denomina *polícia*.

A expansão do capitalismo ensejou a emergência de uma racionalidade de governo, uma ciência de governo, que se vale da ciência, do conhecimento e da informação para ordenar probabilidades e submeter sujeitos e populações às verdades e tecnologias (Delgado, 2017). A criação de sujeitos

governáveis requer o alinhamento das práticas de governo às mentalidades subjacentes (Fimyar, 2009). Essa relação entre governo e produção de saberes é a governamentalidade, definida por Foucault (2015) como todo um conjunto de instituições, saberes e práticas que estabelecem uma rede de poder exercida sobre indivíduos e populações valendo-se de dispositivos de segurança e de uma economia política.

Foucault (2008) reconhece a liberdade como um requisito para se governar; nessa racionalidade, a regulamentação excessiva do modelo de soberania vem a se desarticular em dois eixos: por um lado, um poder positivo, na medida em que produz – esses mecanismos gerem a população e catalisam as forças do Estado –; por outro, um poder negativo, na medida em que se coloca para conter as insurgências e desordens, qual seja: a instituição policial. O dispositivo da segurança, portanto, assenta-se na liberdade, atuando sobre o meio no qual indivíduos circulam e exercem essa liberdade: trata-se de um conjunto de tecnologias políticas que emergem do interior da própria realidade dispondo os mais diversos elementos uns em relação aos outros, permitindo sua regulação sem que tenham sua mobilidade e circulação impedidas (Candiotto, 2014).

Entretanto, se é fato que o biopoder repousa na premissa da população como massa, a multidão – um todo multifacetado capaz de agir sob um propósito comum sem anular suas diferenças internas, noção que se opõe à homogeneidade das massas – é dotada de uma biopotência, passível de emanar uma rede de resistências às formas de opressão oriundas do aparato estatal (Wermouth & Santos, 2018).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A trilha metodológica ora apresentada inspira-se na obra foucaultiana, cuja teoria nos propiciou a reflexão dos achados e cuja analítica, sistematizada em sua obra *A arqueologia do saber* (Foucault, 2014a), permitiu-nos analisar o volume de dados coletados, bem como selecionar esse conjunto de dados, tendo em vista que esse método corresponde a uma análise de discurso formulada pelo filósofo (Dreyfus & Rabinow, 2011), aqui denominada análise de discurso foucaultiana (ADF).

A escolha da obra foucaultiana como lente teórica e trilha metodológica deve-se à sua fecundidade na compreensão dos mais diversos fenômenos que impliquem as instâncias saber-poder-corpo (Thiry-Cherques, 2010), a

exemplo do fenômeno em questão. Foi a partir da inter-relação entre essas instâncias que as categorias empíricas emergiram.

No tocante à coleta de dados, este estudo vislumbrou a constituição de um arquivo; segundo Foucault (2014a), uma coleção de dados, um sistema de enunciados e suas respectivas regularidades. Esse arquivo foi composto de matérias jornalísticas extraídas dos maiores jornais do Estado de Pernambuco, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, únicos em funcionamento durante todo o período investigado. A coleta ocorreu no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, onde os exemplares foram disponibilizados em formato original (impresso) e digitalizados em PDF para organização e análise. O intervalo coletado compreendeu o Carnaval de 2016 como ponto de partida e o de 1986 como ponto de encerramento de um recuo temporal – este último ano foi escolhido em decorrência de pesquisa bibliográfica, apontando a década de 1980 como a gênese do modelo de festejo praticado até o presente: dessa forma, fixamos um intervalo de uma década entre cada Carnaval estudado no intuito de visualizar de forma panorâmica as transformações que ocorreram em quatro décadas. Foram coletadas 86 matérias jornalísticas no acervo de 1986, 230 em 1996, 143 em 2006 e 103 em 2016, totalizando 562 documentos, desconsiderando-se cartas do leitor, informes publicitários, anúncios e artigos de opinião.

A opção pelo discurso jornalístico dá-se pela sua presumida polifonia, ainda que subentendidas as respectivas linhas editoriais (para minimizar tais aspectos, buscamos triangular os discursos oriundos de dois periódicos distintos). A opção pelo discurso midiático dá-se pelo seu reconhecimento como importante poder de documentação de uma época; além disso, sua capacidade de “agendamento de mundo”, possibilitando uma leitura de relações de saber-poder que perpassam uma época (Tucherman, 2007). Embora a mídia não fosse propriamente objeto central na sua obra, Foucault (2014b) reconhecia o seu papel na formação da opinião pública, uma espécie de consciência social.

A análise de discurso operada (ADF) consistiu no estudo dos discursos, os sistemas aos quais estes pertencem e as respectivas condições de constituição (Foucault, 2014a). Nessa perspectiva, chamamos discurso toda composição de enunciados conforme as mesmas regras de funcionamento, cuja análise requer, para além dessas regras, a investigação das práticas não discursivas (Thiry-Cherques, 2010). Tal análise, portanto, buscou a identificação das seguintes categorias analíticas, com base em Foucault (2014a): *enunciados*: as menores unidades constitutivas do discurso, passíveis de se relacionar com unidades de mesma natureza; *funções enunciativas*: a maneira

como as mencionadas unidades enunciam, seu modo de existência e ação; *regras de formação*: condições de constituição das formações discursivas; e *formações discursivas*: composição de enunciados cujas condições de existência, modificação, rarefação e desaparecimento coincidem.

A analítica consistiu, portanto, na identificação dos enunciados e das funções enunciativas em todo o arquivo. Posteriormente, a partir das inter-relações entre enunciados e respectivas funções, as regras de formação. Por fim, os elementos constitutivos que convergiram apontaram para as formações discursivas, ponto de chegada da análise. Devido ao caráter parcialmente indutivo do estudo, optamos por apresentar a discussão teórica concomitantemente aos resultados, possibilitando apontar a relação entre os aspectos empíricos e teóricos que emergiram ao longo das análises, conforme podemos observar na próxima seção.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

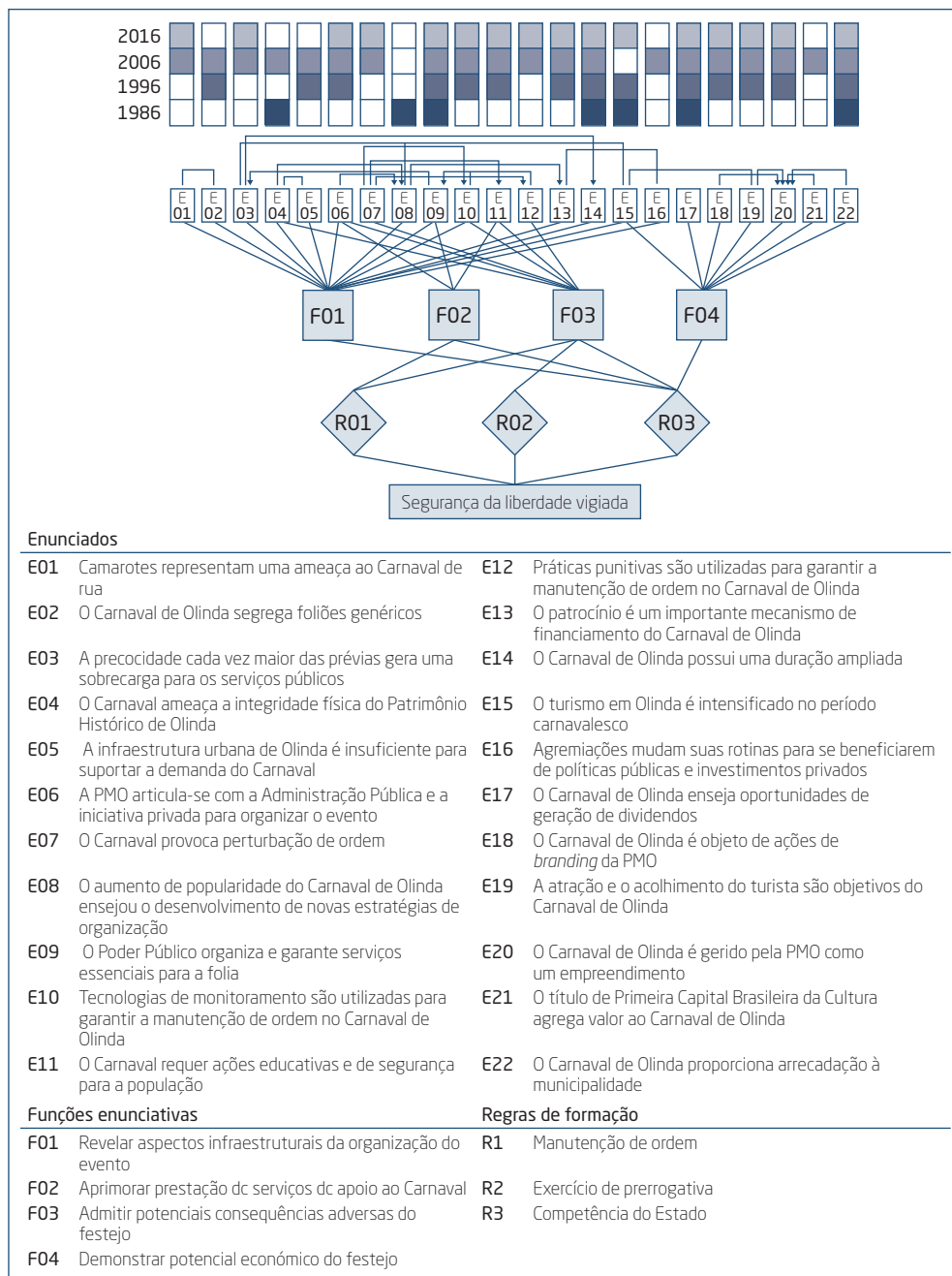
Nesta seção, apresentamos os resultados de forma descritiva e analítica. No primeiro momento, descrevemos o processo de inferência da formação discursiva a partir dos elementos constitutivos, processo ilustrado na Figura 5.1. Em seguida, discutimos os achados à luz do pensamento foucaultiano.

A formação encontrada é composta de três regras, quatro funções e 22 enunciados. Das regras, a que define a competência do Estado (R3) é a única que se liga a todas as funções e todos os enunciados. Contudo, observamos que a função de demonstrar o potencial econômico (F04), que na presente formação liga-se exclusivamente à regra R3, revela o quanto a incumbência do Estado alinha-se às questões da economia. Os enunciados que se ligam a essa função, por sua vez, ocorrem predominantemente a partir dos anos 1990, o que revela a centralidade que o aspecto econômico passa a ter a partir dessa década.

Já a regra que enfoca a manutenção de ordem (R1) liga-se apenas às funções que detectam os riscos que o festejo implica (F03) e à necessidade de melhoria nos serviços de apoio (F02). Os enunciados que constituem esse feixe de relações apresentam incidência muito mais significativa entre as décadas de 1990 e 2010, quando as ameaças do festejo ao patrimônio começam a requerer ações mais efetivas de prevenção e correção.

(Figura 5.1)

SEGURANÇA DA LIBERDADE VIGIADA: MAPA DE RELAÇÕES



Fonte: Elaborada pelos autores.

Por fim, o exercício de prerrogativa (R2) por parte do Estado dá-se exclusivamente em função da constatação do risco que o Carnaval implica ao patrimônio e à sociedade, e, à exceção das ameaças ao patrimônio histórico, que já era alvo de preocupação desde a década de 1980 (quando já se preocupava com o impacto do número de visitantes no casario), todos os demais enunciados que constituem essa regra ocorrem a partir da década de 1990.

Essa formação diz respeito a como o Estado mobiliza tecnologias de poder visando maximizar os ganhos obtidos pela realização do festejo e, ao mesmo tempo, conter as adversidades dele resultantes, seja decorrentes da saturação de infraestrutura, seja dos excessos comuns à folia de momo. Observamos a governamentalidade vinculada ao Estado como um aspecto fundamental. Esse governo encarrega-se da relação segurança-população, incidindo sobre os corpos na forma de liberdade consentida, que opera tecnologias de poder no intuito de manutenção da ordem.

O Carnaval de rua propicia uma apropriação, ainda que transitória, do espaço público pelos foliões, um espaço gratuito e diverso por definição (Siqueira & Vasques, 2015). Essa apropriação, por sua vez, confronta-se com o caráter de megaevento e meganegócio que têm assumido diversos carnavais do Brasil (Hollanda, 2013). Eventos desse porte requerem uma complexa estrutura organizacional e uma sinergia na articulação entre autoridades, visando à minimização de riscos e à promoção da segurança aos participantes (Santos, Kalid, Avila, Bittencourt, & Bittencourt, 2016). Dessa forma, a promoção de um evento de grande magnitude e gerador de riquezas e, ao mesmo tempo, a preservação do patrimônio, bem como da vida daqueles que participam, constituem uma premissa para a gestão de carnavais dessa natureza.

Gerir os impactos e riscos de um Carnaval de rua ao mesmo tempo que se maximiza seu potencial econômico implica a compreensão de que esses foliões, como população, inserem-se em uma rede de poderes e resistências.

Em termos foucaultianos, governar implica a incorporação do modelo oriundo da economia, com o Estado operando tanto na via positiva, promovendo a educação, gestão de bens e circunscrição do território a um domínio dotado de sua fonte e seus mecanismos de produção riquezas, quanto na via negativa, no enfrentamento de questões que se colocam contra essas riquezas, tais como epidemias, mortalidade, desemprego, insegurança (Oliveira, 2014).

Quando se coloca a problemática da gestão população-recursos na formação de uma economia política, essa população constitui um conjunto de unidades que obedece a uma dinâmica natural da vida, mas é passível de intervenções articuladas por meios de instrumentos estratégicos (Foucault,

1997). O governo dessa população consiste em provê-la daquilo que necessita para subsistir e, ao mesmo tempo, desenvolver mecanismos que garantam a manutenção de ordem. Sob a racionalidade liberal, em que o governo da população opera sob a premissa da eficiência (tanto no que diz respeito ao poder exercido quanto ao volume de recursos empregados), a segurança figura como um aspecto central à prosperidade (Fimyar, 2009).

Foucault (2008) afirma que a liberdade é imprescindível para que haja governo, e não uma ação totalizante – uma liberdade estabelecida sob limites necessários à prática governamental. O dispositivo da segurança opera, pois, sobre a liberdade e tendo esta como um requisito para que os mecanismos de regulação atuem (Candiotto, 2014). Essa questão evidencia-se nos nossos dados, no propósito de manutenção da ordem durante o ciclo carnavalesco, cujos esforços advindos do Poder Público procuram minimizar o impacto do festejo tanto do ponto de vista social quanto do ambiental, sem que impeça as manifestações carnavalescas de seguirem seu curso, conforme exemplo a seguir:

Desde setembro, a cidade já vive em clima de prévias e já estavam sendo feitas ações de enfrentamento aos danos ambientais e sociais. [...] A Prefeitura de Olinda também está orientando e fiscalizando diariamente os bares, restaurantes e o comércio informal. Estão sendo observados desde questões de limpeza e poluição sonora. E para evitar acidentes com garrafas e copos de vidro a prefeitura distribui no acesso às concentrações garrafas de plástico. A prática já ocorre nas prévias e vai se estender ao Carnaval, sempre na Praça do Carmo (“Olinda intensifica ações contra poluição sonora e ambulantes irregulares”, 2016).

Atrair um número cada vez maior de visitantes é um propósito da organização do Carnaval de Olinda, implicando o reconhecimento de que quanto maior a demanda, maior deverá ser o empenho do Estado em promover o bem-estar e evitar os danos tanto à população quanto à riqueza/ao patrimônio.

Na citação, observamos que a prefeitura reconhece esse potencial de danos sociais e ambientais, e, conseqüentemente, envida esforços no sentido de minimizá-los. O trecho evidencia que a poluição sonora, a manipulação inadequada de alimentos e o risco de acidentes e agressões utilizando garrafas de vidro são pontos de atenção, cuja resolução a prefeitura busca via orientação (treinamento) ou fiscalização (vigilância).

Na análise, pudemos observar a incumbência do Poder Público de organizar o festejo e garantir os serviços essenciais à sua consecução (E09), bem como a necessidade de promover a segurança da população usando ações disciplinares (E11), cujo propósito é aprimorar a prestação de serviços para o evento (F08). Por sua vez, a necessidade de ações disciplinares (E09) parte da premissa de que o Carnaval implica riscos à cidade e às pessoas, reconhecendo a perturbação de ordem (E07) como um risco inerente ao festejo (F03). Essa premissa de que cabe ao Estado minimizar os riscos inerentes ao festejo aprimorando a prestação de serviços remete à manutenção de ordem (R1).

O corpo social é dotado de uma liberdade consentida, porém regulamentada, imprescindível a essa organização. Enquanto agremiações e foliões ocupam livremente o espaço público com manifestações carnavalescas, mesmo quatro meses antes do início oficial desse ciclo, a PMO mobiliza uma rede de serviços para que haja o mínimo possível de danos ao patrimônio e à população.

Quanto à técnica, essa segurança pode operar via treinamento ou punição, no intuito dessa manutenção de ordem. Na gestão das populações, os mecanismos reguladores que outrora repousavam numa polícia super-regulamentar desarticulam-se em dois sentidos: uma via incide nos aspectos que concernem à economia, visando maximizar a produtividade, e a outra via incide na repressão às transgressões (Foucault, 2008). Trata-se do biopoder, que opera sob a anatomopolítica dos corpos e a biopolítica das populações.

Nos nossos achados, esse aspecto revela-se na preocupação do Estado com os prejuízos materiais e sociais que podem advir de condutas transgressoras. Sob a perspectiva da relação entre população, riqueza e governo, tais condutas são propriamente transgressões na medida em que implicam riscos aos pilares desse governo, quais sejam: a população produtiva e a riqueza preservada e crescente.

Um exemplo de como os festejos carnavalescos operam tecnologias de biopoder diz respeito ao consumo alcoólico que se eleva nesse período, inclusive com a incidência de embriaguez. Os elevados índices de acidentes automobilísticos com morte ou invalidez decorrentes do consumo de álcool por indivíduos que dirigem automóveis constituem-se num problema de segurança pública que se intensifica durante o período momesco, quando muitos foliões optam por se dirigir ao perímetro da folia com seus automóveis particulares. Existe um aparato legal que dispõe sobre essa conduta independentemente do período carnavalesco, sob a prerrogativa do Estado de estabelecer níveis considerados seguros, fiscalizar a obediência a esses níveis e aplicar sanções caso sejam infringidos.

Quem pretende ir de carro para o Carnaval de Olinda deve pensar duas vezes antes de exagerar na bebida alcoólica. A prefeitura do município vai utilizar 1.000 bafômetros na saída da cidade [. . .] numa tentativa de reduzir os acidentes de trânsito relacionados à embriaguez. A ideia, encabeçada pela Secretaria de Saúde de Olinda, é uma das consequências do 1º Fórum de Mobilização Social para o Consumo Responsável de Bebidas Alcoólicas [. . .]. Por isso, além de punitiva, a ação será principalmente educativa. De acordo com o secretário, quem colaborar com os agentes de trânsito e realizar o teste voluntariamente não será multado, mesmo que esteja embriagado. “Neste caso, a pessoa poderá entregar a chave do carro a um amigo sóbrio ou deixá-lo aos cuidados da Prefeitura e seguir de táxi.” Quem se negar a fazer o teste será retido e encaminhado ao Instituto de Medicina Legal (IML) para passar por um exame clínico. Neste caso, o motorista embriagado será autuado por infração gravíssima (multa de R\$ 957,70), além de ter suspenso o direito de dirigir (DP, jan. 2006, n. 06).

No trecho, podemos observar que a prefeitura se vale de mecanismos de fiscalização e punição para reduzir os números significativos de acidentes automobilísticos decorrentes da condução de veículos em estado de embriaguez. Dessa forma, o Poder Público atua em duas estratégias, como enfatiza a matéria: educativa e punitiva. Assim, utiliza-se de sua autoridade para inibir transgressões que implicam prejuízos graves.

Em nossa análise, evidenciamos a premissa de que o Carnaval é potencialmente nocivo à ordem (E07), na medida em que os excessos etílicos são comuns e geralmente acarretam prejuízos sociais. Por isso, requer ações educativas e de segurança para a população (E11), uma vez que a prefeitura opta por promover uma conscientização a respeito disso, ao mesmo tempo que monitora a conduta dos indivíduos (E10), que no exemplo se revela pela utilização de medidores da concentração de álcool no sangue (os bafômetros) e, por fim, na insuficiência dessas ações, recorre a mecanismos punitivos (E12), que no exemplo podem ser evidenciados na condução do suspeito que se recusa a realizar o teste de alcoolemia para exames médicos (em caráter coercitivo) e, em se constatando a infração, aplicação de multa compatível com sua gravidade. Todas essas questões consistem em admitir os riscos inerentes ao festejo (F03), apontando para um necessário uso de prerrogativa do Estado (R2) para garantir a segurança da população.

Nesse exemplo, podemos observar como a biopolítica e a disciplina, embora sejam tecnologias políticas que atuam em níveis distintos, comple-

mentam-se na segurança da população. O biopoder, ao articular a anátomo-política do corpo à biopolítica das populações, investiga fenômenos naturais e processos biológicos (Foucault, 2014b). Foucault (2005) menciona um processo de acomodação entre mecanismos de poder que são de natureza distinta: de um lado, mecanismos de poder sobre o corpo individual, via vigilância e treinamento, a disciplina; de outro, fenômenos populacionais ou biossociológicos que atuam sobre as massas.

No exemplo apresentado, esses conhecimentos biossociológicos articulam-se nas estatísticas e evidências de efeitos do álcool sobre o organismo, níveis considerados seguros para operar máquinas após ingerir tais substâncias, como o consumo etílico se insere em contextos sociais festivos, a exemplo do Carnaval, etc. Toda essa gama de conhecimentos insere-se numa produção biopolítica, na medida em que seus efeitos no corpo social são mensurados e, com base nesses saberes, tecnologias disciplinares são operadas, bem como o Estado assume a prerrogativa de exercer seu poder de polícia, ou seja, a via repressiva do poder. Esse exercício, por sua vez, ampara-se em tecnologias sob o aparato legal: as ações educativas sobre os riscos que o álcool representa cumprem a função de treinamento dos corpos, enquanto os mecanismos de fiscalização, como o bafômetro, atestam se houve o cumprimento efetivo da lei, e, em se constatando o contrário, aplicam-se sanções também previstas no aparato legal.

Conforme já discutimos, o poder disciplinar opera dirigido às subjetividades, pela internalização desse processo de normatização da conduta. Assim, esses mecanismos de fiscalização, tais como o bafômetro, os fiscais que circulam pelo Sítio Histórico sem identificação clara, as plataformas elevadas de observação instaladas pela Polícia Militar, todas elas apontam para o panoptismo, na medida em que a observação é potencialmente constante. No caso dos bafômetros, a matéria enfatiza que, na insuficiência de aparelhos, os veículos serão submetidos por amostragem. Isso implica que, ao saberem que podem ser fiscalizados e/ou punidos a qualquer momento, os indivíduos tendem a internalizar a conduta desejada pelo governo.

Contudo, se é verdade que a dupla vigilância-repressão opera por uma via, o processo de docilização articula população e riqueza também por outros caminhos. Na medida em que cultura, turismo e lazer figuram como meios para o desenvolvimento econômico das cidades (Richards & Palmer, 2010), a promoção de um folguedo popular como evento público não só gera riquezas, como também proporciona experiências para a população. Nesse sentido, Richards e Palmer (2010) afirmam que muitas cidades valem-se de ativos culturais para promover a prosperidade e “regenerar o tecido social”.

Dessa forma, podemos observar como o Carnaval de Olinda é assumido pela gestão municipal como uma oportunidade de desenvolvimento, sob a responsabilidade do Estado, respaldada num ideal de desempenho do ponto de vista mercadológico. Isso revela uma gestão municipal preocupada não apenas em garantir a infraestrutura e os serviços essenciais, mas também dotar o festejo de um diferencial competitivo em relação ao Carnaval promovido pelas outras localidades. Podemos observar essa incumbência assumida pelo Estado no exemplo a seguir:

A seis dias do Carnaval, a cidade de Olinda inicia a contagem regressiva e já demonstra, através de sua arquitetura barroca, a profusão de cores e magia que torna o lugar um dos polos mais concorridos do mundo nesta época do ano. Até o sábado de Zé Pereira, o município recebe os últimos retoques da Prefeitura para oferecer aos visitantes uma infraestrutura que engloba apresentações artísticas, atendimento médico, decoração, orientação turística, e até a abertura de uma conta [...]. A multidão esperada do evento, assegura, vai contar com cinco focos de animação, quatro postos de atendimento de informação turística com funcionários bilíngues e quatro unidades de pronto-atendimento médico funcionando 24 horas (DP, fev. 1996, n. 18).

O exemplo revela todo um esforço da prefeitura para prover o Carnaval de uma infraestrutura e de serviços de apoio, vislumbrando a conversão do festejo num espetáculo, que precisa ser o melhor possível para atrair cada vez mais visitantes: “um dos polos mais concorridos do mundo nesta época do ano”. Isso também indica que as atenções estão voltadas sobretudo para o turismo, no intuito de que as pessoas advindas de vários lugares “do mundo” sejam acolhidas e disponham da estrutura adequada (E19). Isso também revela que o festejo representa um empreendimento sob a gestão da prefeitura (E20). Esses aspectos demonstram o potencial econômico (F04) que o Carnaval representa para esse governo.

Dessa forma, há um *mix* de atrações (polos de animação e decoração esmerada) e serviços de apoio (posto de informações bilíngue, pronto atendimento) no sentido de servir ao público, com ênfase na figura do turista. Por sua vez, essa prestação de serviço passa por um reforço de infraestrutura e pela prevenção de danos, o que aponta novamente para a necessidade de ações educativas e de segurança (E11) para a população e os visitantes, o que cumpre a função de aperfeiçoar cada vez mais o setor de serviços (F02) visando a esse propósito e, ao mesmo tempo, admitir os riscos inerentes a

esse empreendimento (F03). Por fim, observamos também que a provisão de serviços essenciais, que requerem reforço durante o evento, é uma incumbência da PMO (E09), revelando a dimensão infraestrutural desse processo (F01). Assim, o aperfeiçoamento da produção do festejo, investindo na melhoria de serviços tanto para proporcionar uma melhor experiência quanto prevenir adversidades, revela aquilo que compete ao Estado nessa organização (R3).

Conforme já discutimos, a prosperidade de um Estado está intimamente ligada à sua população e à maneira como esta é gerida no sentido de estabelecer com as riquezas uma relação adequada. Visando obter essa relação adequada, o Estado opera tecnologias de governo que não se apoiam apenas no aparato da segurança, mas também na promoção de bem-estar (Fimyar, 2009; Nadesan, 2008). Nesse sentido, podemos dizer que a gestão do folgado popular se insere nesse propósito de promover o bem-estar social, que, com os mecanismos de segurança, amplia as riquezas e proporciona experiências aos indivíduos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Carnaval seja comumente tratado como uma manifestação do e para o povo, a penetração de instâncias formais de autoridade na organização de folguedos populares, que no nosso caso revela-se no protagonismo do Poder Público na organização e nas práticas decisórias, dá-se porque um folgado dessa natureza e magnitude envolve inúmeras dimensões da vida pública: uso do espaço público, saúde e segurança públicas, políticas culturais etc. No Carnaval de Olinda, observamos que o papel assumido pela municipalidade, se num primeiro momento vislumbra tão somente permitir que o festejo aconteça e provê-lo de recursos para que o povo festeje em segurança, logo se converte no centro de uma teia dinâmica de relações que envolve cidadãos (foliões ou não), agremiações, empresas privadas, serviços públicos etc., muitas vezes exercendo a mediação de interesses. A gestão do risco e a promoção da segurança, tanto à população quanto ao patrimônio, colocam-se como um desafio que enseja a articulação de mecanismos disciplinares e tecnologias biopolíticas.

Ao promover um evento aberto ao grande público, convidando-o a ocupar espaço público e vivenciar o festejo momesco tanto fruindo as manifestações da cultura popular quanto se permitindo determinadas condutas (consumo elevado de álcool, liberdade sexual, danças e vestimentas), o

Poder Público, tendo ao centro a PMO, opera mecanismos disciplinares cuja internalização orienta o folião sobre o proibido e o permitido, o desejável e o condenável na experiência da folia. Por sua vez, diversas esferas da gestão pública articulam-se na prevenção de danos os mais diversos, decorrentes do abuso de álcool, do sexo desprotegido, da violência, da condução indevida de automóveis, do consumo de alimentos malconservados etc.

Para que a população de foliões seja gerida, há uma rede de saberes sobre a dinâmica populacional e os fenômenos que incidem sobre a vida dessa população, permitindo atuar por via preventiva, orientando, usando a imprensa e a propaganda para desencadear comportamentos desejáveis e evitar os indesejáveis, fiscalizando e fornecendo preventivos; ou por via punitiva, quando a prevenção não permite evitar transgressões. A vigilância, seja pelas plataformas de observação, pelo policiamento constante, pela fiscalização de trânsito e de ambulantes, permite aos indivíduos a internalização dessa conduta. Podemos, pois, dizer que o biopoder é exercido sob a forma da liberdade vigiada, incidindo tanto em nível individual quanto populacional. Assim como a liberdade é um requisito para o exercício do governo, ela é também um requisito para que um Carnaval de rua exista, sendo o governo encarregado de gerir probabilidades e obter dos sujeitos a docilidade e a sujeição aos mecanismos disciplinares e às tecnologias biopolíticas.

Nesse sentido, os achados apontam para como essas tecnologias estão intimamente ligadas à organização dos festejos públicos, evidenciando tais mecanismos. Se é verdade que houve uma “profissionalização” do Carnaval de Olinda, um aspecto que se colocou ao longo das décadas para a organização desse festejo foi como evitar prejuízos de ordens material, social e ambiental. Esse processo, portanto, passou pelo estudo e desenvolvimento de novas tecnologias para manter as multidões características desse tipo de evento sob controle e pela compreensão de aspectos biossociológicos que incidem nessa multidão (consumo de álcool, práticas sexuais intensificadas na folia, uso de drogas ilícitas, consumo de alimentos sem as necessárias condições de higiene), de modo a promover a segurança dos indivíduos e do patrimônio municipal.

É válido ressaltar, no tocante a essas tecnologias, que o folguedo popular por si só já se insere no propósito de docilizar os corpos para sua inserção na máquina produtiva, na medida em que a ruptura que se dá no Carnaval mostra-se profundamente atrelada à vida operativa das sociedades, desde os tempos mais remotos. Assim, quando se promove um festejo, que cada vez mais é delineado como um serviço que é ofertado a um público, alinha-se a esse propósito de docilização a vida ordinária que se encerra com o limiar do



festejo de momo e é retomada com seu término. No entanto, não podemos dizer que a vida produtiva e operativa sofre uma completa ruptura com os festejos carnavalescos, já que há toda uma rede de práticas laborais que se intensifica (ou mesmo que é criada) por ocasião do Carnaval.

A incumbência do Poder Público em promover essa segurança mostrou-se um aspecto relativamente estável ao longo do período investigado; o que muda, contudo, é a intensidade e a sofisticação das tecnologias políticas e os níveis em que essas tecnologias atuam. Outro aspecto que merece destaque é o fato de que a ampliação do festejo (seja temporalmente, com as prévias cada vez mais precoces, seja com relação ao contingente de público) torna cada vez mais evidentes as ameaças que o festejo encarna à ordem e ao patrimônio público, requerendo esquemas de segurança mais sofisticados e que, muitas vezes, contam com a participação de agentes privados.

Os aspectos aqui discutidos evidenciam que o Carnaval de Olinda apresenta uma complexa configuração organizacional que vislumbra dar conta da magnitude cada vez maior do festejo e é perpassada por relações de poder as mais diversas, que operam sobre os corpos e emanam de várias instâncias, que não apenas as organizações formais. Nesse sentido, podemos dizer que o Carnaval é atravessado por tecnologias disciplinares e biopolíticas, assim como, ao proporcionar a liberdade, vale-se dela para regular as populações.

O presente estudo teve como limite o intervalo temporal compreendido e como limitação o uso de apenas um tipo de documento, o jornal impresso. Essa escolha deu-se em função de ser o único acervo regular em todo o período estudado e em funcionamento até o presente, bem como em razão do caráter polifônico do discurso jornalístico, que por princípio deve contemplar uma pluralidade de vozes. Para minimizar tal limitação, triangulamos os discursos jornalísticos oriundos de duas fontes e, portanto, linhas editoriais distintas.

Como contribuição teórica, além do entendimento do Carnaval como fenômeno organizacional, temos o uso da noção de biopoder como forma de compreender a relação entre governo e população e a gestão de grandes eventos, num momento em que os folguedos populares têm sido cada vez mais permeados pela lógica empresarial e turística.



FROM REVELRY TO PERFORMANCE: BIOPOWER IN THE ORGANIZATION OF THE CARNIVAL OF OLINDA

ABSTRACT

Purpose: The present study aims to understand how biopower is manifested in the organization of the Carnival of Olinda. For this, Carnival is studied as a complex organization, comprehending this concept beyond formal organizations, and power is studied under the Foucaultian perspective, which constitutes the theoretical lens of this investigation, allowing us to understand it even in its most diffuse manifestations, at the level of micro-practices, articulating the dimensions of security and wealth in the organization of the festivity.

Originality/value: The notion of biopower in the management of big events shows itself to be a relevant theoretical construction, at a time when popular folksies have been increasingly permeated by business and tourism logics. The intensive use of public space requires technologies that allow freedom and entertainment while providing security and risk minimization to the patrimony and the population. The Carnival investigated has great media and touristic visibility, but it is little contemplated in the organizational studies.

Design/methodology/approach: A Foucauldian Discourse Analysis was carried out on the journalistic coverage of four Carnivals in a 10-year interval (1986, 1996, 2006 and 2016) in two local newspapers, the only ones circulating during throughout the study period.

Findings: The results point to a growing market order, in which tourism and entertainment demands generate economic results for the city, while at the same time demanding a standardization, vigilance and loss prevention, resulting in a biopolitical production.

KEYWORDS

Carnival of Olinda. Discipline. Biopolitics. Biopower. Market.

REFERÊNCIAS

- Araújo, R. C. B. (1997). Carnaval do Recife: A alegria guerreira. *Estudos Avançados*, 11(29), 203–216. doi:10.1590/S0103-40141997000100011
- Araújo, R. C. B. de. (1996). *Festas: Máscaras do tempo: Entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife*. Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- Ataíde, J. (1982). *Olinda, Carnaval e povo: 1900-1981*. Olinda, PE: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda.
- Burrell, G. (1988). Modernism, post-modernism and organizational analysis 2: The contribution of Michel Foucault. *Organization Studies*, 9(2), 221–235. doi:10.1177/017084068800900205
- Candiotto, C. (2014). Técnicas de poder, segurança e liberdade. *Ecopolítica*, 8, 2–18.
- Cipagauta, H. C. (2006). *Foucault y el sujeto político: Ética del cuidado de sí*. Bogotá, COL: Siglo del Hombre Editores.
- Delgado, L. F. P. (2017). A gestão municipal da violência como uma questão de governamentalidade. *Teoria e Cultura*, 12(1), 189–203. doi:10.1590/S1415-47142009000100002
- Dixon, M. A. (2007). Transforming power: Expanding the inheritance of Michel Foucault in organizational studies. *Management Communication Quarterly*, 20(3), 283–296. doi:10.1177/0893318906296089
- Dreyfus, H. L., & Rabinow, P. (2011). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, RJ: Forense.
- Ferreira, R. S. (2014). A sociedade da informação como sociedade de disciplina, vigilância e controle. *Información, cultura y sociedad*, 2, 109–120.
- Fimyar, O. (2009). Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. *Educação & Realidade*, 34(2), 35–56.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1997). *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2014a). *A arqueologia do saber* (8a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

- Foucault, M. (2014b). *História da sexualidade: A vontade de saber*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2015). *Microfísica do poder* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freyre, G., & Souto Maior, M. (1974). Carnaval, carnavais. *História*, (9), 81–91.
- Harchambois, A. M., & Pontual, V. (2007). *As ameaças do Carnaval de massa ao patrimônio de Olinda*. Olinda: Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada.
- Hollanda, B. B. B. de (2013). País do Carnaval! País do Carnaval? (Uma apresentação alentada ao dossiê: Carnavais & Organizações). *Organizações & Sociedade*, 20(64), 99–109. doi:10.1590/S1984-92302013000100007
- Knights, D. (2004). Michel Foucault. In S. Linstead (Org.). *Organization theory and postmodern thought*. Londres, UK: Sage.
- Leal, W. B. (2008). *Olinda: 100 anos de frevo*. Recife, PE: Publikimagem.
- McKinley, A., & Starken, K. (1997). Managing Foucault: Foucault, management and organization theory. In: McKinley, A., & Starken, K. (ed.). *Foucault, management and organization theory: from panopticon to technologies of self* (pp. 1–13). London: Sage.
- Miguez, P. (2012). O Carnaval da Bahia: Um desafio para as políticas culturais. *Repertório*, (19), 136–138.
- Motta, F. C. P., & Alcadipani, R. (2004). O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. *Rausp*, 39(2), 117–128.
- Nadesan, M. H. (2008). *Governmentality, biopower, and everyday life*. New York, NY: Routledge.
- Olinda. *Lei n. 5.306, de 28 de dezembro de 2001* (2001). Dispõe sobre os festejos carnavalescos no município e dá outras providências. Olinda, PE: Câmara Municipal de Olinda.
- Olinda. Prefeitura Municipal. *Títulos*. Recuperado em 12 abril, 2016 de Prefeitura de Olinda: <https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/titulos/>.
- Oliveira, M. V. X. (2014). Segurança pública em tempos de biopolítica. *Revista Clareira*, 1(2), 186–205.
- Ortiz, R. (1994). *Cultura brasileira e identidade nacional* (5a ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Rabinow, P., & Rose, N. (2006). O conceito de biopoder hoje. *Política e trabalho: revista de ciências sociais*, (24), 27–57.

- Richards, G., & Palmer, R. (2010). *Eventful cities: Cultural management and urban revitalisation*. St. Louis: Butterworth-Heinemann.
- Santos, A. L. A., Kalid, R. A., Avila, S., Bittencourt, E. S., & Bittencourt, C. S. (2016). Megaeventos no Brasil: Uma análise de riscos com base na organização do Carnaval de Salvador 2016. *Encontro Nacional de Engenharia da Produção – Enegep*, João Pessoa, PB, Brasil, 34.
- Siqueira, G. S., & Vasques, P. H. R. P. (2015). Carnaval de rua do Rio de Janeiro como uma possibilidade de exercício do direito à cidade. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, 60(1), 137–161. doi:10.5380/rfdufpr.v60i1.37916
- Souza, E. M., Junquilho, G. S., Machado, L. D., & Bianco, M. F. (2006). A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. *Organizações & Sociedade*, 13(36), 13–25. doi:10.1590/S1984-92302006000100001
- Thiry-Cherques, H. R. (2010). À moda de Foucault: Um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. *Lua Nova*, (81), 215–148. doi:10.1590/S0102-64452010000300009
- Tucherman, I. (2007). Michel Foucault, hoje ou ainda: Do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. In A. Queiroz & N. V. e Cruz (Orgs.). *Foucault hoje?* Rio de Janeiro, RJ: 7Letras.
- Vidal, F. M. C., & Andrade, E. L. (2009). Civilizar para carnavalizar: Propostas de um carnaval moderno em Pernambuco (1935-1985). *Simpósio Internacional Processo Civilizador*, Recife, PE, Brasil.
- Wermouth, M. A. D., & Santos, L. M. (2018). Biopoder e resistência: A (bio) potência da multidão. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, 5(3), 108–131. doi:10.21910/rbsd.v5n3.2018.249
- Yúdice, G. (2013). *A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global* (2a ed.). Belo Horizonte, BH: Editora UFMG.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe).

NOTAS DOS AUTORES

Suélen M. Franco, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); **André L. M. S. Leão**, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Suélen M. Franco é agora professora horista do Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau); André L. M. S. Leão é agora professor associado do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Correspondências sobre este artigo devem ser enviadas para André L. M. S. Leão, Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50670-901.

E-mail: aleao21@hotmail.com

CONSELHO EDITORIAL

Editor-chefe

Janette Brunstein
Silvio Popadiuk

Editor Associado

Silvia Marcia Russi de Domenico

Suporte Técnico

Vitória Batista Santos Silva

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação Editorial

Irina Migliari

Preparação de originais

Irina Migliari (inglês)
Carlos Villarruel (português)

Revisão

Daniel de Almeida Leão (inglês)
Irina Migliari (português)

Diagramação

Emap

Projeto Gráfico

Libro